

Superior Tribunal de Justiça

EDcl na RECLAMAÇÃO Nº 38.884 - SP (2019/0271881-5)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
EMBARGANTE : **JOAO BATISTA PIZOL**
ADVOGADOS : **JOSÉ JORGE THEMER E OUTRO(S) - SP094253**
ELIANE EMILIA COLODETO ZÁIA - SP274038
CLAYTON LUIS NOVAES CANATELLI - SP231887
EMBARGADO : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADOS : **FLAVIO OLIMPIO DE AZEVEDO E OUTRO(S) - SP034248**
MILENA PIRÁGINE - SP178962
BRUNO DA COSTA CRUZ - SP380810
RECLAMADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECLAMAÇÃO. ERRO MATERIAL. OCORRÊNCIA.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando houver no acórdão ou sentença, omissão, contrariedade, obscuridade ou erro material, nos termos do art. 1.022 do CPC/2015.
2. No caso concreto, verifica-se erro material quanto à condenação do reclamante ao pagamento dos honorários de sucumbência, uma vez que a relação processual não foi triangularizada, sendo certa a possibilidade de fixação dos honorários quando aperfeiçoada a relação processual. Precedentes.
3. Embargos de declaração parcialmente acolhidos sem efeito infringente, apenas para sanar o erro material.

DECISÃO

1. Trata-se de embargos de declaração opostos contra decisão desta relatoria que indeferiu liminarmente a inicial da reclamação e condenou o reclamante ao pagamento dos honorários sucumbenciais.

Sustenta o embargante que a relação processual não foi triangularizada, não ensejando, portanto, a condenação nos honorários de sucumbência.

Reiterou a questão de fundo, enfatizando que (fl. 374):

O Embargante embasou a Reclamação no descumprimento do e. Tribunal de Justiça de São Paulo aos diversos julgados deste e. STJ que firmaram a tese de que o depósito para garantia possui efeitos diferentes ao depósito para pagamento. E quanto ao REsp 1.134.186/RS, o Embargante trouxe para discussão e apreciação o não enfrentamento desta distinção, pois o referido julgamento simplesmente firmou a tese de que são cabíveis honorários depois de escoado o prazo para

Superior Tribunal de Justiça

pagamento, ou seja, não firmou a tese de que o depósito para garantia equivale a pagamento voluntário.

É o relatório.

2. Com efeito, a inicial da reclamação foi indeferida liminarmente, tendo sido a parte reclamante condenada ao pagamento das despesas e dos honorários do advogado da parte interessada (EDcl na Rcl n. 33.747/SP, Relatora Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, DJe de 14/12/2018).

Contudo, é bem de ver a ocorrência de erro material, uma vez que a relação processual não foi aperfeiçoada, o que é pressuposto lógico para tal condenação.

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. ANÁLISE DOS EFEITOS DA DECISÃO DO STJ SOBRE OS CESSIONÁRIOS. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. ERRO MATERIAL. RECONHECIMENTO. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA E MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO CABIMENTO.

1. Afasta-se a alegação de omissão do julgado se a matéria foi examinada, apenas com conclusão diversa da pretendida pela parte.

2. A contradição capaz de ensejar o cabimento dos embargos de declaração é aquela que se revela quando o julgado contém proposições inconciliáveis internamente.

3. Configura erro material a indicação equivocada da data da propositura da ação.

4. **Descabida a condenação em honorários advocatícios de sucumbência se a reclamação teve a inicial indeferida liminarmente, sem determinação de ato citatório.**

5. A interposição de recurso regularmente previsto no ordenamento jurídico não caracteriza litigância de má-fé, sobretudo quando houve voto vencido que o acolhia.

6. Embargos de declaração da VALE S/A rejeitados. Embargos de declaração de ANTÔNIO GERALDO BETHIOL e JOÃO MANOEL DE ALMEIDA acolhidos em parte, sem efeitos modificativos. (EDcl no AgInt na Rcl 31.601/MA, **Corte Especial**, DJe de 03/08/2018)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. ALEGAÇÃO DE DESRESPEITO, POR AUTORIDADE ADMINISTRATIVA, AO ACÓRDÃO PROFERIDO, NO MS 18.138/DF, PELA 1ª SEÇÃO DO STJ. VIA ESTREITA DA RECLAMAÇÃO. ADSTRITA À AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO INTEGRAL DAS DETERMINAÇÕES DO JULGADO. INEXISTÊNCIA DE DESCUMPRIMENTO. IMPROCEDÊNCIA DA RECLAMAÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. OMISSÃO.

I - O posicionamento pacífico no âmbito do Supremo Tribunal Federal é de que são devidos honorários advocatícios nas reclamações julgadas a partir da vigência do CPC/2015, quando angularizada a relação processual. Julgados: Rcl nº 24.417/SP-AgR,

Superior Tribunal de Justiça

STF, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, DJe de 24/4/2017 e Rcl 25160 AGR-ED / SP, STF, Primeira Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 06.10.2017. Ainda nesse sentido são os precedentes desta Corte: Reclamação n. 34.704/PI, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 13/11/2017; e EDcl no AgInt na Rcl 33.971/DF, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Segunda Seção, julgado em 23/5/2018, DJe 28/5/2018.

II - Embargos de declaração acolhidos para fazer constar a condenação em honorários advocatícios. (EDcl nos EDcl na Rcl 28.431/DF, **1ª Seção**, DJe de 20/09/2018).

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015. OMISSÃO INEXISTENTE. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. INVIABILIDADE. INEXISTÊNCIA DE ANGULARIZAÇÃO DA RELAÇÃO PROCESSUAL NO CASO CONCRETO.

1. Nos rígidos limites estabelecidos pelo art. 1.022, do Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração destinam-se apenas a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou sanar erro material eventualmente existentes no julgado e, excepcionalmente, atribuir-lhe efeitos infringentes quando algum desses vícios for reconhecido.

2. "A fixação de multa pelo órgão colegiado, de acordo com o recente entendimento da Segunda Seção deste Superior Tribunal de Justiça, 'não é automática', pois não se trata de mera decorrência lógica do não conhecimento ou improvimento do agravo interno em votação unânime" (AgInt nos EREsp 1.120.356/RS, 2ª S., Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe de 29/08/2016).

3. Não obstante a existência de recentes julgados de ambas as turmas do Supremo Tribunal Federal (AgRg na Rcl 24.417/SP, 1ª T., Rel. Min. Roberto Barroso, DJe de 24/4/2017 e AgRg na Rcl 24.464/RS, 2ª T., Rel. p/ acórdão Min. Dias Toffoli, DJe de 08/02/2018) e de alguns Ministros do Superior Tribunal de Justiça (v.g., Rcl 34.704/PI, Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 13/11/2017) reconhecendo, quando verificada a angularização da relação processual, o cabimento da fixação de honorários advocatícios em reclamações processadas sob o rito previsto no CPC/15, inviável a aplicação de tal orientação à hipótese dos autos.

4. No caso, não houve a angularização da relação processual, já que, à vista da decisão que liminarmente negou seguimento à reclamação, inexistiu ordem para a citação da parte beneficiária, nos termos do art. 989, III, do CPC/15.

5. A participação do advogado da parte beneficiária restringiu-se tão somente à apresentação de impugnação (e-STJ, fls. 157/163) ao agravo interno interposto pela ora embargada contra o referido decisum denegatório, circunstância que não enseja a condenação na verba honorária, na forma do art. 85 do CPC/15.

6. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgInt na Rcl 33.971/DF, **2ª Seção**, DJe de 28/05/2018)

Dessarte, no ponto, merece reforma a decisão.

3. Quanto à questão de fundo, não se verifica nenhum vício na decisão

Superior Tribunal de Justiça

embargada que, de forma escoreita, não admitiu, na via reclamatória, a veiculação da pretensão de reformar a decisão do Tribunal de origem que rejeitou a impugnação ao cumprimento de sentença e considerou o depósito realizado nos autos como pagamento tempestivo do débito, afastando, portanto, os honorários sucumbenciais.

4. Ante o exposto, acolho parcialmente os embargos de declaração sem efeito infringente, apenas para excluir a condenação ao pagamento dos honorários sucumbenciais, nos termos da fundamentação expendida.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator

